

O PASSADO É UMA “ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS”: AS PERCEPÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E AGENTES QUE ATUARAM EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR¹

Ana Carla Bilhar²
Ana Claudia Perpétuo de Oliveira³

Resumo: A ditadura militar foi um período da história do Brasil que ocorreu entre 1964 e 1985, deixando marcas profundas na sociedade, e impactando-a em diversos setores, incluindo as bibliotecas públicas. A partir desta compreensão, esta pesquisa tem como objetivo investigar as percepções de agentes que atuaram em bibliotecas públicas no período da ditadura militar. O estudo explicita o papel das bibliotecas públicas e dos bibliotecários atuantes nestes ambientes, suas percepções sobre o período da ditadura militar no Brasil, vivências da época, e as relações entre profissionais que atuaram em bibliotecas públicas e suas trocas de experiências. A pesquisa está fundamentada teoricamente na sociologia do conhecimento e princípios do construcionismo social, elaborados por Berger e Luckmann. Adota como fundamentação metodológica a Teoria das Representações Sociais (TRS), e para tratar e analisar os discursos coletados por meio de entrevista, utiliza a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A partir dos discursos obtidos, são relatados os papéis de controle e autoritarismo que permearam as bibliotecas públicas, as ações de difusão cultural propostas pelo Estado, e os processos da biblioteca como apoio ao ensino, além da falta de diálogo e expressão na atuação profissional e ausência de formação continuada. Por fim, evidencia que as percepções de agentes que atuaram em bibliotecas públicas no contexto do período da ditadura militar no Brasil se fazem de grande importância, visto que a biblioteca pública deve existir como instituição essencial para defesa e promoção da democracia.

Palavras-chave: Bibliotecário. Biblioteca pública. Atuação profissional. Ditadura Militar.

1 INTRODUÇÃO

Durante nossa vivência absorvemos experiências, emoções, informações e culturas. Dependendo do ritmo que a vida impõe e a bagagem que carregamos, essas vivências podem ser refletidas ou passarem despercebidas, fazendo com que

¹Artigo elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

²Graduanda do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - E-mail: aninhabilhar@gmail.com

³Professora do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - E-mail: ana.oliveira@ufsc.br

nos coloquemos na sociedade com menos consciência do papel que desempenhamos no mundo. Instituições também possuem papéis a serem desempenhados e com as bibliotecas públicas não poderia ser diferente.

Quanto à atuação da biblioteca pública, a Biblioteca Nacional (2010, p. 18) afirma que trata-se da “[...] mais democrática instituição de caráter cultural e educacional a qual, sem dúvida alguma, tem a vocação nata para exercer um papel social de grande relevância [...]”. Esta visão contempla a realidade de todas as bibliotecas públicas? E no passado? E mais precisamente durante o regime militar, qual era o contexto de atuação de bibliotecários e agentes de bibliotecas públicas?

O passado em questão, se refere à ditadura militar que durou vinte e um anos, de 1964 a 1985, e deixou marcas profundas na sociedade brasileira, impactando-a em diversos setores, incluindo as bibliotecas públicas. Na canção “Velha Roupas Coloridas”, lançada durante o período ditatorial, Belchior⁴ diz *que uma nova mudança em breve vai acontecer, pois o que há algum tempo era novo, jovem, hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer*. Expressa que *no presente a mente, o corpo é diferente, e o passado é uma roupa que não nos serve mais*. Comparando a canção com a realidade do regime militar, vemos um tempo de retrocesso, com liberdades, democracia e direitos cerceados. Este passado não pode ser nosso presente, nem futuro, pois como diz a canção, *não nos serve mais*.

Compreendemos que a atividade principal de quem atua no ambiente das bibliotecas públicas consiste em mediar a informação para todos os indivíduos. Assim, buscamos conhecer o contexto de atuação no cenário de restrição e monitoramento de atividades ligadas à educação e cultura da ditadura militar. Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa se constitui em investigar as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas sobre o contexto de atuação no período da ditadura militar. Para tanto, estipula como objetivos específicos: compreender o papel das bibliotecas públicas e dos bibliotecários na sociedade; caracterizar o período da ditadura militar no Brasil; e identificar o contexto de atuação do bibliotecário em bibliotecas públicas durante o regime militar. A partir destes objetivos, pretendemos perceber o quanto estas questões podem ter refletido no atual posicionamento da categoria quanto à luta pelos direitos essenciais

⁴ Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes (Sobral, Ceará, 1946 – Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2017). Foi compositor, cantor, pintor, desenhista e caricaturista. Destacou-se por composições que falam de amor e paz e ao mesmo tempo incitam às lutas sociais.

da população, e para o reconhecimento de sua importância na sociedade atual.

O estudo se justifica ainda, pelo pequeno número de abordagens sobre percepções de bibliotecários e agentes atuantes em bibliotecas públicas no contexto do regime militar. A fim de recuperar a literatura científica sobre a temática, foram realizados levantamentos bibliográficos utilizando os termos “bibliotecas públicas”, “bibliotecários” e “ditadura militar” nas bases Scielo Brasil, Base de Dados Referencial de Artigos Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasis - IBICT) e Google Acadêmico.

Os resultados recuperados tratam da censura em um contexto histórico do Brasil, da censura e da difusão cultural literária, e ainda do contexto de bibliotecas universitárias durante a ditadura militar no Brasil. Duas produções se fizeram relevantes apresentando lacunas a serem preenchidas, o que pretendemos observar com a realização deste estudo. A primeira, apresenta depoimentos a respeito da censura de profissionais contemporâneos ao regime militar, além de incentivar novas pesquisas e estudos sobre o tema, na perspectiva do bibliotecário (SILVA, 2014). A segunda, “destaca também a importância da biblioteca pública como espaço para a preservação e acesso à diversidade de pensamento e acesso ao conhecimento plural e libertário” (LEITÃO, 2010, p. 8).

Como fundamentação teórica o estudo emprega o construcionismo social de Peter Berger e Thomas Luckmann, e se fundamenta metodologicamente da Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici. Por se tratar de um estudo de campo com coleta de discursos, a pesquisa tem como principal procedimento metodológico o emprego de entrevistas semiestruturadas, realizadas por meio de comunicação de vídeo. Para tratar e analisar estes discursos, foi aplicado como instrumento metodológico o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que une falas individuais em um único discurso. Além das entrevistas, foram feitas buscas nos anais dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) que ocorreram durante a ditadura militar, com intuito de analisar se houveram posicionamentos questionadores sobre a conjuntura social que estava posta.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE COMO FUNDAMENTO TEÓRICO

O construcionismo social é uma base de pensamento para este estudo, o ponto de vista pelo qual é concebido, possibilitando análises mais densas ao desenvolvimento da pesquisa. Esta teoria foi elaborada por dois autores, os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann, que em 1966 a publicaram como um tratado de sociologia do conhecimento.

Diversos fatores permeiam a constituição da nossa história em sociedade, como fatores biológicos, étnicos, culturais, educacionais, econômicos. Indivíduos participantes de uma mesma instituição social podem ter percepções diferentes de como se dão processos, acontecimentos, e o cotidiano, sendo assim afetados também de formas distintas, mesmo estando na mesma situação momentânea. Berger e Luckmann (1995) afirmam que não é possível existir cotidianamente sem estar em constante comunicação e interação com outras pessoas, e que mesmo estando nesta situação, perspectivas diferem entre sujeitos. Assim, é possível constatar que mesmo com percepções diferentes, somos participantes de um senso comum.

Berger e Luckmann (1995, p. 13), observam a questão da realidade e sua relatividade social, mostrando que o que pode ser real para determinado sujeito pode não fazer sentido algum para outro. Concepções de realidade são influenciadas por contextos específicos, não somente os que tratam de uma atualidade vivenciada, mas sim de toda uma bagagem de vida, suas lutas, glórias e infortúnios. Além disso, nossas percepções também se dão por conta das circunstâncias vividas nas relações que cultivamos, como afirma Norbert Elias (1994, p. 17): “Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social — seja este qual for”.

Conforme esta teoria, não nascemos como membros da sociedade, mas nos tornamos membros a partir do momento que compreendemos nossos semelhantes, e interiorizamos os acontecimentos vividos. Somos então construtores da nossa própria realidade? Berger e Luckmann (1995, p. 72) afirmam que sim, que o homem se constrói, produz a si mesmo. Nesta construção, atividades que repetimos tendem a se tornar hábitos, o que é importante se pensarmos em nosso dia a dia, nos compromissos, na quantidade de informação que nos perpassa. Os autores afirmam:

A inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta. O próprio homem tem de se especializar e dirigir seus impulsos. Estes fatos biológicos servem de premissas para produzirem a ordem social. (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 77)

Entretanto, isso também pode se perpetuar. Quando uma situação se perpetua, passamos a percebê-la ao mesmo tempo como natural, normal, correta. Desta forma, passa a ser difícil perceber quando algo precisa ser mudado, e até mesmo que somos autores e co-autores de determinada situação. Vivemos então em um mundo institucionalizado, resultado de vivências do homem. Ao mesmo tempo que um hábito é conveniente, institucionalizado pode se converter em controle no momento que não pode ser transgredido. Já declaram Berger e Luckmann (1995, p. 89) que quanto mais a conduta é institucionalizada, mais se torna predizível e controlada. Desse modo, surgem os papéis sociais, que não devem “desviar da realidade” que é posta.

Segundo os autores, não podemos compreender uma instituição sem entender os processos históricos em que foi estabelecida, pois sua constituição também é repleta de processos e submissão ao controle social. Assim, o construcionismo social figura neste trabalho como um fundamento para compreendermos uma dinâmica social, no caso deste estudo, para auxiliar na compreensão do período histórico da ditadura militar no Brasil e o contexto de atuação dos agentes nas bibliotecas públicas, compreender a dinâmica das instituições e os papéis profissionais. Esta teoria demonstra-se relevante para a pesquisa, que se fundamenta em percepções de indivíduos que atuaram como profissionais e vivenciaram um período histórico que se colocou como realidade, explicitando como cada um estabeleceu sua relação com essa realidade.

3 CONCEITOS RELEVANTES: SOBRE BIBLIOTECAS, BIBLIOTECÁRIOS E DITADURA MILITAR

Nesta seção pretendemos apresentar concepções quanto ao papel das bibliotecas públicas e dos bibliotecários na sociedade, amparados em uma atuação que visa a democracia e a garantia de direitos fundamentais. Contextualizamos a história social do Brasil no período da ditadura militar, com a intenção de retratar os processos de instauração e manutenção do regime militar, e de instrumentos de controle sobre a população. Além disso, refletimos sobre o contexto de atuação do

bibliotecário nas bibliotecas públicas durante a ditadura militar, as estratégias governamentais para a gestão e desenvolvimento das bibliotecas públicas, e a presença ou ausência de posicionamentos políticos diante da realidade imposta.

3.1 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DOS BIBLIOTECÁRIOS NA SOCIEDADE

Com a crescente produção de ciência e tecnologia relacionada à Segunda Guerra Mundial, sucedeu-se a explosão informacional e a idealização e surgimento de tecnologias de comunicação e informação que transformaram o mundo (BUSH, 1945). A sociedade compreendeu que “informação é poder, e poder se disputa” (ABRAMO, 2009). A informação é assim importante não pelo acesso por si só, mas pelas oportunidades de transformação social que são possíveis através da mediação da leitura e da cultura, sementes de reflexões críticas e consciência.

Quanto à relação entre informação e bibliotecas públicas, Almeida Júnior (1997, p. 63) afirma: “[...] a informação é a matéria prima, é o próprio produto, enfim, é o objeto de trabalho das bibliotecas públicas”. Sobre as bibliotecas públicas, em seus princípios e diretrizes a Biblioteca Nacional (2010, p. 18) declara: “O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc”. Também o Manifesto sobre bibliotecas públicas, elaborado pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reitera:

A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. (IFLA, 1994)

Este documento declara a crença da UNESCO nas bibliotecas públicas como dispositivos essenciais, e convida governos nacionais e locais a trabalharem pelas bibliotecas públicas. Desta forma, é possível compreender que bibliotecas públicas são organismos políticos, e devem ser ambientes garantidores de direitos dos cidadãos, de acesso à informação e de liberdade de expressão. Ambientes que representam a sociedade em todo seu âmbito, independente dos interesses e aparelhamento político dos governantes.

Para Lankes (2016, p. 133) estas ações só podem existir por meio de um trabalho de pessoas, pois na verdade a biblioteca em si é apenas um prédio, e seus serviços são gerados diretamente pelos seus agentes. O bibliotecário está entre os

vários atores que animam o ambiente das bibliotecas públicas, e a forma como esses profissionais agem irá impactar a prestação de serviços desses organismos. De acordo com Castrillón (2011, p. 41):

[...] é natural supor que o bibliotecário, em seu papel de intelectual comprometido, e, insisto, que tem em suas mãos um instrumento de democratização como deveria ser a biblioteca, deva contribuir na luta contra a miséria e contra tudo o que restrinja a liberdade de pensamento e a liberdade de eleger entre opções que possibilitem uma vida digna, ou seja, contra todas as violações dos princípios universais de justiça e liberdade. O contrário é moda e retórica.

Como ainda afirma Castrillón: "Muitas vidas seriam salvas e muitos seres humanos viveriam de maneira mais digna se o acesso à informação fosse realmente universal". Assim, atento às necessidades de sua comunidade, o bibliotecário consciente de seu papel, que se posiciona e tem voz, pode ser um facilitador de justiça social e de igualdade. Para isso, se faz necessária a participação política do bibliotecário na sociedade e Almeida Júnior (1997, p. 90) desmistifica a atuação profissional quando declara que a classe não é neutra, imparcial e apolítica.

No contexto brasileiro, a atuação profissional do bibliotecário foi regulamentada pela Lei nº 401.084, de 30 de junho de 1962 que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício (BRASIL, 1962), pouco antes de ser instituído o golpe militar que culminou em vinte e um anos do regime militar brasileiro (1964-1985). Ocorre que se a biblioteca pode ser um instrumento de democratização de direitos fundamentais e o bibliotecário é reconhecido na sociedade, este deve figurar como um agente primordial da garantia de direitos e preservação da memória social. Assim,

Por assumir um papel social, o bibliotecário não pode esquecer que sua responsabilidade é com a sociedade do passado, do presente e do futuro. Sua função é, portanto, preservar o passado, cultivar o presente proporcionando escolhas para as próximas gerações. (LEITÃO, 2010, p. 150)

A partir destas observações podemos refletir de que forma o regime militar implicou na atuação dos profissionais na época da ditadura militar, relacionando as percepções desses atores e o contexto de suas vivências com os dias atuais. Podemos ainda nos questionar: Conhecemos mesmo esta realidade? Como era o acesso à informação? Sabemos quais questões estavam em jogo, por exemplo, para os que atuavam em ambientes públicos de informação, como as bibliotecas públicas?

3.2 O PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

O Brasil é considerado uma jovem nação de 500 anos, porém “[...] mais jovem ainda é a sua democracia.” (SILVA FILHO, 2010). Vivemos um recente passado sob a ditadura militar, e para contextualizar o período nesta pesquisa, partimos da busca por compreender o conceito de ditadura. Conforme apresentado por Bobbio *et al.* (1998, p. 368): “A palavra Ditadura tem sua origem na *dictatura* romana. O significado moderno da palavra é, porém, completamente diferente da instituição que o termo designava na Roma republicana”. De acordo com os autores, na ditadura romana o ditador era nomeado por meio de proposta do Senado, e tinha prazo estabelecido para o exercício de seu cargo. Além de ser um mecanismo extraordinário (ou excepcional), o ditador não podia autoneomear-se.

Na sociedade contemporânea, as ditaduras são definidas como regimes não-democráticos, e podem ter diferentes orientações ideológicas. Nestes contextos, os governos ditatoriais se colocam acima das leis, rompendo com regras constitucionais e limites de poder, operando com diversos instrumentos de controle (BOBBIO *et al.*, 1998). Ainda segundo os autores Bobbio *et al.* (1998, p. 371), a ditadura se instaura “[...] utilizando a mobilização política de uma grande parte da sociedade, ao mesmo tempo que subjuga com a violência uma outra parte”.

No Brasil, o dia 1º de abril de 1964 ficou marcado como a data em que ocorreu o golpe de Estado que instituiu o regime militar, com base na doutrina de guerra influenciada pelos Estados Unidos (ALVES, 2005, p. 9). Este período longo e sombrio arrastou-se até 1985, e durou vinte e um anos, com reflexos até os dias atuais. Segundo Alves (2005, p. 9), a conspiração para o golpe deu-se na justificativa de “[...] combater o chamado “inimigo interno” que poderia ser comunista”. Além disso, os golpistas contaram com a mobilização das “[...] classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 445).

Assim, autoritariamente teve fim o governo do presidente João Goulart, defensor de reformas de base que pretendiam modificar a profunda desigualdade social do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Wasserman (2004, p. 27) afirma que “[...] a despeito de ter sido desfechado em nome da segurança nacional e da promessa de defesa e respeito às normas democráticas, o golpe militar de 1964

inaugurou um período de insegurança e arbítrio”. Neste nebuloso cenário, alguns dias após o golpe, assumiu o comando do país o general Humberto de Alencar Castello Branco. A estrutura do país foi completamente afetada, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 449):

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. (grifo nosso)

O governo de Castello Branco teve fim em 1967, e o poder foi assumido por Costa e Silva. O general Costa e Silva teve seu governo atravessado por uma crise militar, e após sofrer um acidente vascular cerebral foi afastado da Presidência. Em seu período à frente do comando, o ditador colocou em vigor o Ato Institucional AI-5, que suspendia a concessão de habeas corpus, e a constitucionalidade da liberdade de expressão e reunião. O ato ainda dava aval para cassação de mandatos e direitos civis, e determinou que os crimes políticos fossem julgados em tribunais militares (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 455).

O que já era ruim poderia piorar, e foi assim que em 1969 o Exército indicou o general Emílio Garrastazu Médici para o poder. Médici dirigia o Serviço Nacional de Informações (SNI), e como ditador comandou o pior período da ditadura, “os anos de chumbo” com muita repressão, tortura e violência política (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Ainda assim, em seu comando, de 1969 a 1974, ocorreu o maior desenvolvimento econômico da ditadura, “os anos de ouro” (REIS, 2014). Este desenvolvimento já vinha ocorrendo desde 1967, por conta de acordos com empresas nacionais e multinacionais, com concentração de riquezas e retirada de direitos democráticos, entretanto, teve grande auxílio na legitimação do regime militar (RIDENTI, 2014).

O quarto governo da ditadura foi comandado pelo general Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, e se caracterizou pelo início do processo de afrouxamento da tensão política e mecanismos de coerção, para alcançar uma nova legitimidade do regime militar (ALVES, 2005). Deste modo,

A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de

tratamento dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguida as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição. (ALVES, 2005, p. 224)

Ainda que tivesse início o processo de distensão, muita incerteza pairava no ar, pois o aparelhamento repressivo seguia operando contra a sociedade civil que fazia oposição à ditadura. Contudo, com diversas mobilizações coletivas e apoio de instituições, foi tomando força a luta pela liberdade de expressão e contra a cultura do medo (ALVES, 2005) .

Após o período Geisel, passou à chefia o general João Batista Figueiredo, entre 1979 a 1984. Em 1979 foi concedida a anistia e neste momento iniciou-se a abertura política, porém, isso ocorreu inicialmente para a elite da oposição (ALVES, 2005). De acordo com Alves (2005, p. 273), “Grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores camponeses, fossem seculares ou vinculados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática”. Era fato que as configurações sociopolíticas estavam tomando novos rumos e com o passar da governança de Figueiredo, sua atuação foi se desgastando, por conta de escândalos financeiros e alta inflação (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Os movimentos de oposição à ditadura passaram a mobilizar a sociedade civil para modificar as regras de sucessão do governo Figueiredo. Foi assim que em 1983 se iniciou o movimento por “Diretas Já” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O movimento das “Diretas Já” mobilizou o país, com caravanas, manifestações e a busca pela retomada da democracia. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), havia sido formalizada por Dante de Oliveira uma Emenda que reinstaurava as eleições diretas no Brasil, entretanto, mesmo com a maior parte dos votos favoráveis, esta não foi aprovada no Congresso Nacional por conta de quórum insuficiente.

Após o início do processo de abertura e a derrota do movimento da “Diretas Já”, foram realizadas eleições indiretas. A ruptura precisava acontecer, a população clamava por democracia. Em 15 de janeiro de 1985 foi eleito o presidente civil, Tancredo Neves, que veio a falecer logo em seguida e em seu lugar tomou posse o seu vice, José Sarney (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Sarney teve aproximação com a ditadura e estava onde havia poder. Sua posse certamente não era o que

esperava a população contrária à ditadura, contudo, neste momento chegou formalmente ao fim o regime militar que durou vinte e um anos e marcou o Brasil.

Sintetizando o que se desenhava antes do golpe, e o que aconteceu durante a ditadura, Wasserman (2006, p. 60) afirma:

A ditadura, entre 1964 e 1985, deu um golpe certo no projeto reformista, calou a intelectualidade brasileira, desmoralizou o movimento estudantil, ceifou esperanças de uma nova estética artística no teatro, cinema e outros âmbitos da cultura nacional, destruiu a imprensa engajada e politizada castigou severamente o projeto de educação e alfabetização chamado “pedagogia do oprimido” e feriu de morte os movimentos operário e camponês.

O regime militar foi um tempo difícil para os sonhadores. Com liberdades privadas, censura prévia, violência, tortura, forte aparato de informação institucional do governo e perseguição à imprensa civil. Com todo este cenário e os diferentes posicionamentos na sociedade, como se deu a atuação das bibliotecas públicas? Como atuaram seus bibliotecários e agentes pela educação e cultura nestes espaços? Na próxima seção pretende-se abordar questões que permearam o ambiente das bibliotecas públicas durante o regime militar.

3.3 O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DURANTE O REGIME MILITAR

As políticas de trabalho nas bibliotecas públicas durante o regime militar foram direcionadas pelo Instituto Nacional do Livro (INL), órgão criado por Gustavo Capanema em 1937, durante o Estado Novo de Vargas⁵. O INL esteve vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e norteou suas atividades seguindo os programas de educação e cultura do departamento. Em 1968 aconteceu a fusão entre Sistema Nacional de Bibliotecas do MEC e o INL, quando este iniciou a coordenação da política de bibliotecas públicas no país (OLIVEIRA, 1994, p. 98).

As bibliotecas públicas passaram a ser criadas como estímulo para a expansão do mercado editorial brasileiro, com uma ideia do livro como veículo de cultura e desenvolvimento econômico. Entretanto, não existiam discussões sobre suas funções na sociedade e as necessidades do seu público (OLIVEIRA, 1994, p. 90). Segundo Oliveira (1994, p. 87), as políticas para bibliotecas públicas durante a

⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**: Instituto Nacional do Livro. [20--]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>. Acesso em: 22 out. 2020.

ditadura visavam “[...] o dirigismo estatal da sociedade, a adoção do planejamento para a atividade econômica e para as demais atividades governamentais e o estímulo e controle do processo cultural e informativo”.

A partir de 1970 as políticas para bibliotecas públicas e livros passaram da concepção da esfera cultural para educação, transformando muitas bibliotecas públicas em bibliotecas escolares, e lotando seus acervos de livros didáticos (OLIVEIRA, 1994). Podemos dizer que este foi um resultado da falta de investimentos na biblioteca escolar e de uma nação com grande número de pessoas analfabetas, tendo a reforma do ensino se apoiado nas bibliotecas públicas para sua concretização. Segundo Lemos (1979, p. 1159) a leitura nas bibliotecas públicas havia se tornado [...] um mero cumprimento de um dever escolar [...].”

Para compreender se aconteceram declarações e posicionamentos políticos dos bibliotecários neste contexto de atuação profissional, foram realizadas pesquisas nos anais dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) que ocorreram durante o período da ditadura militar. Buscando publicações relacionadas às bibliotecas públicas e seus bibliotecários, este recorte se deu pelo fato do CBBBD ser o maior evento da Biblioteconomia brasileira, realizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), que trabalha em prol do movimento associativo.

Em 1967, foi realizado o primeiro CBBBD após o golpe militar, na cidade de São Paulo, sendo sua quinta edição. Quanto aos congressos realizados no final do regime militar, os últimos anais a que tivemos acesso tratam do XI CBBBD, realizado em João Pessoa, na Paraíba, em 1982. De 1967 a 1977 foi possível perceber um “silêncio ensurdecido” em relação à manifestação de opiniões contrárias à conjuntura de controle da época. A institucionalização do controle estatal deu a impressão de uma realidade paralela estar sendo vivida pelos profissionais da época e, ousamos dizer que talvez por toda sociedade, se pensarmos que nossas vivências constroem a realidade. As palavras de Vergueiro (1987, p. 22) definem esta percepção:

Fica-se tentado a imaginar o que passou pela cabeça de bibliotecários e bibliotecárias brasileiros quando os atos de censura eram perpetrados. Tomaram conhecimento dos mesmos? Se souberam, por que calaram? Por medo? Por omissão? Por concordância? Por desconhecimento?

Observando ainda as possíveis discussões dos bibliotecários acerca da conjuntura, foram analisadas as publicações do X CBBBD, realizado em 1979, na

capital do Paraná, Curitiba. Nesta ocasião, Lemos (1979), fez uma comparação da biblioteca pública com a classe média da época, amparada em seus valores morais, atitudes e preconceitos. Sobre a classe média, vemos que ela está abaixo da “nobreza”, porém acima da pobreza, e reproduz uma lógica de que a classe mais pobre, que serve os ricos, serve a classe média também. Desta forma, a classe média se nivela aos mesmos ideais dos ricos, que são a classe dominante. Para se perpetuar nesta condição, seguem o ideal de trabalho individualizado e meritocrático, servindo os ricos, mas se vendo iguais a eles, e repetindo a lógica exploradora e excludente sobre as classes mais pobres (SOUZA, 2018).

Lemos (1979) afirma ainda que raramente houveram ocasiões para a classe bibliotecária manifestar seu posicionamento sobre a censura. Temos de lembrar que a postura política é inerente à existência humana e cidadã e no momento que se afirma a postura apolítica, está se afirmando um fazer político. Mesmo que este fazer não divirja do que está posto, o silêncio consente a realidade dominante, que neste caso se trata de um sistema opressor, de desenvolvimento capitalista, que ignora a cultura do seu povo e segue a lógica colonizadora desde a invasão do Brasil. Sobre a postura de atuação profissional bibliotecária contra a censura, Lemos (1979, p. 1158) declara:

Contra a censura oficial, do ponto de vista profissional, pouco há o que fazer, uma vez que os bibliotecários, como funcionários do Estado e também como cidadãos devem acatar essas leis; leis que embora existam, não quer isto dizer que sejam legítimas. Cabe então ao profissional, e através dos mecanismos de pressão da sociedade civil, tratar de lutar contra uma lei injusta, contra uma lei iníqua e assim tocar a sociedade para frente de uma maneira realmente democrática. (grifo nosso)

Após o fim do período ditatorial, talvez fosse menos conturbado olhar para trás e fazer um balanço do que aconteceu. Em consonância com esta hipótese, Vergueiro (1987, p. 21) afirma que,

É relativamente fácil posicionar-se de forma favorável à liberdade intelectual e contrário à censura em bibliotecas quando os interlocutores são outros bibliotecários que se reuniram para tomar um aperitivo ou para debates em reuniões ou seminários profissionais. Outra coisa, no entanto, já não tão fácil assim, é agir contra as pressões que vêm de parte de autoridades governamentais, de associações civis ou de indivíduos que se sentem no direito de exigir a retirada, da coleção da biblioteca, de livros e outros materiais que veiculem conceitos dos quais discordam e que não gostariam de ver disseminados entre os outros membros da comunidade.

Se posicionar neste contexto com certeza não seria tarefa fácil. Mas compreendemos que o mesmo ocorre sobre não se posicionar, independente da

esfera de atuação. Se devemos ser autores da nossa história, que possamos escrevê-la por caminhos sólidos de dignidade, liberdade e humanidade. É preciso pautar a atuação bibliotecária menos pelas atividades técnicas, e mais pelo propósito final das bibliotecas públicas.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois propõe relatar características, fenômenos sociais e suas relações (GIL, 2008, p. 28). Está baseada na abordagem qualitativa, que se faz relevante no estudo das relações sociais por enfatizar as diversas formas de vida e mudanças sociais (FLICK, 2004). De acordo com Flick (2004, p. 28), a pesquisa qualitativa “[...] é orientada para análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”.

Sua fundamentação metodológica está ancorada na Teoria das Representações Sociais (TRS), que compreende as interações humanas como fatores para a construção de crenças sociais. Segundo o criador da TRS,

representar significa, uma vez ao mesmo tempo, trazer presente as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e de uma integridade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que eles contêm, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar as tais coisas. (MOSCOVICI, 2009, p. 216)

Portanto, a Teoria das Representações Sociais embasa a análise dos discursos que foram coletados nesta pesquisa de campo, que foi realizada por meio de entrevista semiestruturada via Google Meet⁶, no período entre agosto e setembro de dois mil e vinte. Os áudios das entrevistas foram gravados e posteriormente transcritos, o que possibilitou o tratamento e análise das informações por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Segundo Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 16) “Utiliza-se o DSC para estudar conjuntos de discursos, formações discursivas ou representações sociais”. Ainda quanto ao instrumental metodológico,

O DSC facilita a tabulação dos dados, a sistematização e a análise das respostas em pesquisas sociais, porque consiste em uma estratégia diferente de tratamento dos discursos e porque não separa as falas individuais das coletivas, mas une-as em um discurso coletivo. (ALMEIDA, 2005, p. 70)

⁶ Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.

A entrevista semiestruturada se constituiu como o principal procedimento metodológico para coleta de dados da pesquisa, por ser um dispositivo para o surgimento e formação do discurso do sujeito e resgate de suas percepções. Seguindo os princípios e passos propostos por Lefèvre e Lefèvre (2003), o clima da entrevista se deu informalmente, entretanto, direcionado por um rigoroso preparo da entrevistadora e do ambiente para o momento. Foram entrevistadas três pessoas que atuaram em bibliotecas públicas na cidade de São Paulo (duas delas bibliotecárias) e que tiveram suas identidades preservadas. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como protocolo do direcionamento de uma ética na pesquisa.

Para obtenção dos discursos nas entrevistas, foi elaborado um roteiro prévio, e apresentadas as seguintes questões:

a) Fale livremente qual o papel das bibliotecas públicas e dos bibliotecários que atuam nestes ambientes;

b) Fale livremente qual a sua percepção sobre o período da ditadura militar no Brasil;

c) Fale livremente sobre sua vivência como bibliotecário e agente neste período;

d) Como era a sua relação com outros profissionais que atuavam em bibliotecas públicas? Vocês trocavam experiências?

e) Fale mais alguma coisa se desejar.

A partir da coleta e transcrição dos discursos obtidos, foi aplicada a técnica do DSC, e como resultado posterior extraiu-se um discurso chamado DSC final, que representa a soma de todos os discursos, ou seja, o discurso do “sujeito coletivo”. Portanto, na análise, o texto em itálico é referente à narrativa do sujeito coletivo.

Além das entrevistas, foram realizadas pesquisas nos anais dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) que ocorreram durante a ditadura militar. Feito o recorte entre bibliotecas públicas e bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas, buscou-se publicações que tratassem da temática no período do regime militar no Brasil.

5 ANÁLISE DOS DISCURSOS

A análise a seguir está ancorada nos objetivos da pesquisa e foi obtida a

partir das falas do DSC final, que retrata a essência das representações reveladas pelos indivíduos, formando assim o “sujeito coletivo”.

5.1 MEDIAÇÃO CULTURAL, FORMAÇÃO DE LEITORES E GARANTIA DE DIREITOS COMO PAPÉIS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DOS BIBLIOTECÁRIOS

Ao ler “biblioteca pública”, podemos conceber um lugar para todos. De fato, segundo a definição de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 52), a biblioteca pública está “[...] posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, [...]”. Refletindo sobre o caráter coletivo descrito em sua denominação, Martins (2002, p. 325) diz que “[...] o adjetivo pública, [...] não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados”. Para cumprir o propósito de conversar com esta coletividade, sendo livre e democrática, a biblioteca pública e os bibliotecários precisam desempenhar diversos papéis. O sujeito coletivo compreende que estes papéis devem estar pautados na mediação cultural, formação de leitores e garantia de direitos.

Para contextualizar mediação cultural, olhemos antes para o conceito de cultura. Edward Tylor (1903, p. 1), foi um dos primeiros teóricos a defini-lo, afirmando que cultura, “é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Já a mediação cultural é compreendida por Coelho (1999, p. 247) como “Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte”. Desta forma, a mediação cultural está para apropriação, como sugere o sujeito coletivo sobre o acesso a bens culturais na biblioteca:

[...] não é alguma coisa que se transfere de um lugar para o outro. É alguma coisa que se apropria [...], [...] que são os sujeitos em relação que se apropriam [...], [...] não é só a biblioteca que vai e conta, as pessoas que estão lá também contam, trazem histórias para a biblioteca, repartem histórias com outros [...].

Neste contexto o sujeito coletivo acredita que o bibliotecário passa a ser um *[...] mediador de culturas [...], de [...] relações interculturais [...]*. Como função básica do mediador, Kuschnir (2001, p. 158) destaca: “encontrar pontos de contato e comunicação entre diferentes mundos, produzindo novos resultados a partir deste processo”. Desta forma o bibliotecário não é somente um intermediário, pois realiza

intervenções e constrói a realidade em que está inserido. Como a biblioteca pública reflete a atuação de seus bibliotecários, se suas atividades estiverem pautadas na mediação cultural, a biblioteca:

[...] deixa de ser só suporte, [...] passa a ser uma instância fundamental e indispensável [...], [...] essencial para a dinâmica social, sociocultural [...],

compreendida desta forma como essencial para a garantia de direitos do cidadão.

Nesta perspectiva, o sujeito coletivo trata a mediação cultural como oposição à difusão cultural apresentada pela ditadura:

[...] Ao invés de ser uma biblioteca para difusão cultural, nós temos que pensar em instituições para o intercâmbio, a negociação entre culturas que são diferentes, e ambas são preciosas[...], [...] A biblioteca passa a ser um espaço de experiências culturais [...], [...] a difusão não é finalidade dela [...] difunde porque ela tem lá seu acervo, mas a difusão não é a finalidade. A finalidade é exatamente a missão social dela, é a negociação [...].

Por difusão cultural, Laraia (2001, p. 102) compreende processos que não se dão de forma natural, são copiados de outros sistemas culturais. Destaca que sem a difusão a humanidade não teria sido concebida da forma que a conhecemos atualmente. Entretanto, o sujeito coletivo destaca a importância da [...] *biblioteca de mediação cultural [...]*, pois esta mediação irá tratar de diferenças, e são elas que constituem a sociedade e permitem trocas entre seus indivíduos (VELHO; KUSCHNIR, 2001).

Em relação à formação de leitores na biblioteca pública, o sujeito coletivo destaca:

[...] a gente participa da formação do leitor [...], [...] orienta a leitura [...], [...] você precisa ser um agente de leitura [...], [...] tem que gostar de ler e conhecer o seu acervo.

Neste sentido, a compreensão da sociedade sobre o valor da leitura e da educação continuada ocorre quando primeiramente o bibliotecário possui esta compreensão (ALMEIDA JÚNIOR, 1997 p. 102). O sujeito coletivo acredita que desta forma,

[...] participa dessa formação de uma sociedade leitora [...], [...] que valoriza a pesquisa, a ciência, o conhecimento [...].

5.2 PERCEPÇÕES SOBRE O PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO: “VOCÊ PISAVA NO CHÃO, MAS NÃO SABIA MUITO BEM SE ESTAVA PISANDO NO CHÃO”⁷

⁷ Fala do sujeito coletivo que retrata as incertezas vividas durante o regime militar.

Nossas percepções de realidade são moldadas pelos hábitos e instituições construídas socialmente (BERGER; LUCKMANN, 1985). Descortinando as percepções do sujeito coletivo no contexto de atuação das bibliotecas públicas durante o regime militar, percebemos um cenário de autoritarismo e controle na gestão de bibliotecas, conflito de ideias em posicionamentos políticos, difusão de um modelo cultural a ser seguido, aumento da produção de livros infantis, censura, e violência institucionalizada.

Sobre o autoritarismo e controle na gestão das bibliotecas públicas, o sujeito coletivo afirma:

[...] muitos dos cargos de chefia [...] eram indicados pela ordem política que estava vigente [...]. [...] Foram anos sob o comando de uma pessoa [...] absolutamente autoritária [...], que [...] atendia ao modus operandi político daquele momento, sem dúvida nenhuma. [...] Havia impregnado ali um espírito do controle, do controle da ordem [...]. [...] As supervisões [...] tinham um sistema de trabalho que era mais ou menos de dar umas incertas de vez em quando nas unidades [...]. [...] Sem hora marcada, sem agenda feita, sem nada, chegavam [...].

Norberto Bobbio (1998) explica o autoritarismo como um sistema em que são tomadas decisões “de cima para baixo”, e compreende que para ser instaurado, geralmente as relações de poder não são reconhecidas por quem está sujeito à ele, e sim somente por quem o detém. Deste modo, para se estabelecer, o autoritarismo opera com diversas formas de controle. Este controle, segundo Berger e Luckmann (1985), surge nas caracterizações compartilhadas historicamente pelas instituições, tratando-se de um mecanismo inerente à sua natureza, que atua com padrões de conduta social que devem ser seguidos. Os autores (1985) afirmam que os mecanismos de controle agem de forma diferente entre os indivíduos porque “é mais provável que o indivíduo se desvie de programas estabelecidos para ele pelos outros do que de programas que ele próprio ajudou a estabelecer” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 89).

Esta dinâmica explica o controle social em relação ao contexto universitário, permeado por muitas mentes críticas e questionadoras. A fala coletiva expressa:

[...] nos espaços possíveis se conversava sobre as agressões, sobre o controle, sobre prisões efetuadas, enfim, em relação aos jovens [...]. [...] O campo das comunicações e das artes, via de regra, se mostravam extremamente vigiados e controlados [...] tinha colegas que estavam lá e de repente sumiam [...] voltavam assim, abestalhados [...], aquela situação era uma situação extremamente assustadora [...].

O discurso coletivo também nos mostra que as percepções e

posicionamentos sobre a ditadura militar foram distintos:

[...] a gente tinha quase que dois mundos [...], [...] aqueles que eram mais aguerridos, posicionados [...], [...] aqueles que eram mais acomodados, [...] que diziam, olha não tem jeito, tem que ser assim [...] Nós temos que fazer, dar continuidade aos nossos projetos [...].

Trazendo à luz motivos de posturas tão antagônicas, Schwarcz e Starling (2015) declaram que qualquer contestação ao regime militar era suprimida. Assim,

[...] a censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 464)

Sobre a censura, Leitão (2010) afirma que sua prática ocorre de acordo com as condições políticas em que a sociedade se encontra. Deste modo, sua rigidez varia entre a estabilidade e a instabilidade política, ou seja, ao menor sinal de uma disputa de poder, a censura se estabelece para legitimar a situação imposta.

Nesta compreensão, o sujeito coletivo declara:

[...] o modelo cultural que a ditadura colocava em cena e explicitava [...], era o de difusão [...] tomar um repertório cultural, e passar isso para as grandes massas brasileiras, que não tinham acesso a esses repertórios [...].

Relembra ainda, o crescimento

[...] da cultura audiovisual, especialmente da televisão e da Rede Globo [...], [...] um centro [...] de entrega de modelos culturais para a sociedade copiar [...].

Schwarcz e Starling (2015) mostram em sua pesquisa o papel da rede de televisão para difusão de informações institucionais, e seu apoio à ditadura militar em momentos cruciais da busca pela retomada da democracia. A difusão deste modelo cultural a ser seguido, se deu também nas bibliotecas públicas. O sujeito coletivo relata:

[...] o acervo era muito voltado para OSPB⁸ [...], era uma matéria que valorizava o nacionalismo, o Brasil Ame-o ou Deixe-o.

Neste modelo, as bibliotecas públicas passaram

[...] a exercer [...] apoio ao ensino, oferecendo espaços de pesquisa, serviço de pesquisa para as populações [...].

Sobre o viés das pesquisas realizadas no acervo das bibliotecas públicas, o sujeito coletivo menciona:

⁸ Abreviação de Organização Social e Política do Brasil, disciplina do ensino básico entre 1962 e 1993.

[...] crítico então, nem pensar, era muito difícil [...]. [...] As pessoas faziam as suas pesquisas a partir da história oficial [...].

Durante a ditadura militar ocorreu um crescimento exponencial no mercado do livro (OLIVEIRA, 1994). Atuando na biblioteca pública, o sujeito coletivo narra a criação de

[...] um boletim bibliográfico [...] para servir de referência para o mercado [...], quando [...] um grupo de uns três ou quatro escritores [...], bastante tradicionalistas, foram à diretora da biblioteca falar que não podia fazer aquele tipo de crítica de livro infantil [...].

A fala coletiva do sujeito destaca que a avaliação da referida publicação ocorreu por se tratar de

[...] literatura infantil doutrinária [...], [...] não efetivamente para possibilitar uma experiência literária para as crianças [...].

Observando a narrativa do sujeito coletivo, surgem evidências do controle da conduta bibliotecária quando o mesmo ouve de sua chefia:

[...] a publicação você vai passar pra mim [...] para eu verificar antes de ser publicado [...].

Sobre esta situação o sujeito coletivo afirma:

[...] não foi a polícia que veio e falou [...] Foi a polícia institucional, embutida no modelo que estava dado dentro da biblioteca [...].

O controle pode ser identificado neste sentido como uma forma de coerção, impulsionado pelas condutas que instituições estabelecem e julgam ser adequadas, devendo assim serem seguidas (BERGER; LUCKMANN, 1985). Este processo motiva os comportamentos institucionalizados, além de que, “A transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” de um problema “permanente” da coletividade dada” (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 98).

5.3 VIVÊNCIAS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DURANTE O REGIME MILITAR

Segundo Oliveira (1994, p. 146), a política para as bibliotecas públicas entre 1964 e 1984 foi na verdade uma política do livro. O INL seguiu sua atuação no contexto da difusão, com foco na distribuição de livros, com intuito de estabelecer “uma leitura culturalmente adequada à população” (OLIVEIRA, 1994, p. 91). A autora (1994) afirma que a biblioteca pública, sendo concebida por escritores e

intelectuais, nem sempre esteve voltada para as necessidades da população, o que pode ter auxiliado no distanciamento do seu papel de articuladora com a sociedade.

Com foco no que se entendia como desenvolvimento do país, a educação passou a ser priorizada, e parte dessa responsabilidade foi dividida com a biblioteca pública, que passou a receber livros didáticos e ser espaço para pesquisa escolar (OLIVEIRA, 1994). Neste momento, a leitura pareceu estar imposta para modelar um perfil de cidadão.

Sobre a escolarização da biblioteca pública, o sujeito coletivo afirma:

[...] era o nosso trauma naquele momento [...], o apoio da biblioteca pública ao desenvolvimento do ensino, desenvolvimento escolar [...]. [...] a função do bibliotecário era achar o livro na estante [...], a pergunta desse menino [...] vinha em hieróglifos, a gente era literalmente a pedra de roseta [...], dada a dificuldade [...].

Castrillón (2011, p. 36) declara que,

Na medida em que se aceita, sem discussão, que as funções de uma biblioteca pública se limitam ao apoio ao sistema escolar, à oferta de lazer por meio de atividades recreativas e ao acesso à informação para quem a solicita, perdem-se de vista outras possibilidades que a tornariam mais necessária e vital para a sociedade.

Observando a biblioteca pública de ontem, percebemos reflexos de suas ações no presente. É preciso olhar amplamente as necessidades sociais, principalmente dos menos favorecidos. Assim, a biblioteca pública se constituirá vital quando:

[...] priorizar as classes populares, as classes oprimidas; quando oferecer serviços específicos para essas classes; quando reconhecer e considerar o livro como um suporte da informação, ideal para quem lê, mas inútil enquanto recurso para a maioria da população; quando a biblioteca pública começar a veicular os interesses, as ideias, os anseios, os valores, as necessidades das classes populares, da população a quem deve atender, ela estará se transformando numa biblioteca popular e passará a ser reconhecida como útil e imprescindível pela maioria da população. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 56)

No contexto ditatorial, a situação da biblioteca pública como apoio ao ensino, e o fator da distribuição de livros em uma nação na época composta em grande parte por analfabetos, prejudicou ainda mais a atuação da biblioteca e dos bibliotecários, que não conheciam as necessidades e motivações de leitura dos usuários (OLIVEIRA, 1994). Ainda quanto à pesquisa escolar, o sujeito coletivo destaca tentativas de mediação e incentivo à autonomia dos usuários:

[...] a gente introduziu uma prática que era de pegar o livro [...] um bom tempo ainda, mas não entregar [...] aberto, na página que o sujeito tinha que copiar. [...] a gente apresentava o sumário e dizia: Aqui você tem [...] toda lista, os assuntos que você vai encontrar no todo do livro [...].

A fala do sujeito coletivo narra também a participação de professores atuantes nos quadros das bibliotecas, quando,

[...] vários professores foram muito participativos [...]. Porque [...] estes meninos vinham completamente despencados da escola para realizar uma coisa que eles não sabiam o que era, não sabiam pra que servia [...].

Neste momento, percebe-se mais uma vez a importância da percepção e apropriação dos sentidos. Assim, a singularidade de diversas realidades é compreendida e valorizada, ao invés apenas do cumprimento superficial de obrigações sem internalização.

Quanto ao processo de expansão das bibliotecas públicas, a fala coletiva relata:

[...] Começou a se fazer bibliotecas mais em região periférica, mas não eram nem de 2ª qualidade, eram de 5ª qualidade [...] os prédios realmente [...] ruins, o mobiliário [...]. [...] onde tinha vereador [...] que queria ganhar voto [...] vamos abrir uma biblioteca! [...] às vezes alugavam um galpão e faziam neste galpão uma biblioteca [...].

A forma com que os ambientes das bibliotecas são organizados também transmitem mensagens. Sobre estas características no regime militar, o sujeito coletivo destaca:

[...] os móveis eram escuros [...]. [...] Móveis pesados, de excelente qualidade, mas [...] de uma linguagem absolutamente de escritório, biblioteca lá da década de 30, da década de 40 [...].

Segundo Ortega y Gasset (2006, p. 54), “Tudo o que o homem faz o faz em vista das circunstâncias”. As circunstâncias são assim, influenciadoras em nossas vivências e escolhas, e não poderia ser diferente na administração das bibliotecas públicas. O sujeito coletivo declara,

[...] o modelo de gestão era [...] técnico burocrático [...], em que você tem lá o “chefe” que manda, e os outros têm que obedecer [...].

Esta fala retrata mais uma vez o autoritarismo presente nas bibliotecas públicas diante das dinâmicas do regime militar. Neste sentido, o sujeito coletivo relata que os acervos das bibliotecas eram:

[...] comprados por uma divisão de processos técnicos, que faz a seleção de acervo [...] a gente não sabia se passava ou não por uma lista avaliativa mesmo de censura de títulos, [...] era tudo muito assim, nebuloso. [...] nessa época a linha editorial era mais voltada [...] pra essa coisa do nacionalismo, de valorizar o Brasil [...] sem o viés crítico.

Após a ditadura militar, Vergueiro (1987), acredita que a dinâmica entre seleção de materiais e censura é uma linha tênue. O autor (1987, p. 24) compreende que as restrições por pressão da sociedade “são devidas a preconceitos pessoais que podem

ser resultado de concepções políticas, religiosas, econômicas ou estéticas”. O sujeito coletivo afirma sobre a vivência no contexto de biblioteca pública infantil:

[...] sempre foi uma biblioteca em que os moralistas e doutrinadores [...] estiveram ali muito presentes [...] a censura esteve sempre muito presente [...]. [...] cê falou em sexualidade tá proibido, cê falou em racismo que tem no Brasil, tá proibido... [...] em religião então, nem pensar [...] dava bate-boca essas questões, bate-boca bravo [...].

Neste tipo de política, o moralismo se faz presente pela doutrinação, que prioriza — ou desprivilegia — a educação como forma de manutenção de uma conduta conservadora, usando a difusão cultural para isso. Entendemos que a falta de interação com a diversidade de culturas limita visões de mundo, favorecendo o surgimento de padrões culturais. Padrões culturais perpetuados podem se tornar padrões morais, e com isso visões únicas e limitadoras são manifestadas na sociedade.

Em uma conferência do evento Technology, Entertainment and Design (TED), falando sobre a autenticidade da voz cultural, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009) manifesta em sua fala o perigo da história única, e afirma:

É impossível falar sobre uma história única sem falar sobre poder [...] mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará. [...] Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.

Compreendemos que privar as pessoas de conhecerem a pluralidade cultural existente é criar uma história única. Por conta do poder, a história única ignora a identidade de um povo, e impõem uma narrativa construída sem este povo. Uma situação bastante parecida com a censura, e com as dinâmicas do regime militar brasileiro.

5.4 AS RELAÇÕES E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS ENTRE PROFISSIONAIS QUE ATUAVAM EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: “ONDE NÃO TEM EXPRESSÃO, CÊ VAI ENCONTRAR EXPLOÇÃO”⁹

Diversos atores fazem parte do ambiente da biblioteca pública, com suas histórias, particularidades e posicionamentos. No contexto da ditadura militar, a fala do sujeito coletivo afirma:

[...] tinha pessoas [...] que pensavam seriamente a biblioteca. Tinha aqueles [...] técnicos, especialistas, aprenderam o “beabá” [...] “vamos fazer assim e ponto final” [...]. [...] tinha aqueles [...] ideológicos [...] “somos assim porque tem que ser assim” [...]. [...] tinha pessoas de vanguarda [...], “vamos mudar isso” [...] e [...] pessoas tradicionalistas [...] para manter o que estava dado, e aqueles [...] técnicos

⁹ Fala do sujeito coletivo sobre o controle nas bibliotecas públicas.

burocratas [...]. [...] tinham professores que trabalhavam nas bibliotecas [...].

Este estudo entrevistou agentes que atuaram em bibliotecas públicas, e o bibliotecário é um destes agentes. Almeida Júnior (1997, p. 107) compreende que o bibliotecário precisa ser um profissional participativo e questionador de sua realidade. Um profissional que escreve sua história, ao invés de esperá-la pronta, como um mero observador. Dentro das concepções da atuação profissional, conflitos de ideias e posicionamentos permearam as bibliotecas públicas. Como afirma o sujeito coletivo:

[...] o pessoal que vem a partir de 1970 [...], vem [...] com uma visão diferenciada do país [...], se contrapõe a um quadro de bibliotecários com [...] mais idade muitas vezes [...]. [...] tinha quadros mais antigos que estavam [...] conformadas com essa dinâmica de trabalho, com uma direção [...] controladora. [...] instáveis pela chegada desses novos bibliotecários [...], com uma visão [...] crítica da própria biblioteca [...], com gás para querer mudar uma série de coisas [...]. Houve [...] situações de conflitos [...] de posições mais radicais [...]. Mas a gente também sabia o mundo que a gente tava vivendo [...].

E que mundo era esse? Um mundo cerceado pelo controle, pelo autoritarismo “da ditadura militar que sufocou nossa sociedade” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

Para o sujeito coletivo, o controle na direção das bibliotecas se deu

[...] entre um temperamento que era centralizador, que era autoritário, apoiado [...] por uma ordem política [...].

Além disso, percebe que [...] às vezes tinha uma certa guerra interna [...].

Ciente da conjuntura que fez parte, relata:

[...] Naquela época [...], pega uma panela de pressão, tampa, mete fogo embaixo, não vai explodir? [...] uma hora explode [...]. É matemático [...]: Onde não tem expressão, cê vai encontrar explosão.

É impossível conhecer a realidade de todos os profissionais que atuaram em bibliotecas públicas durante o regime militar. Entretanto, o sujeito coletivo afirma que houveram tentativas de articulação:

[...] Os espaços de discussão [...] a gente cavava [...], literalmente. [...] eram espaços de participação em Congressos de Biblioteconomia, [...] isso se conseguia vez ou outra fazer. [...] Mas eram espaços para aquisição de informação, [...] e não neste outro quadro para se debater, [...] reconhecer uma prática [...] se construir saberes e fazeres com base nas vivências.

Neste cenário realmente não faria sentido o interesse do governo ditatorial pela formação de profissionais atuantes em bibliotecas públicas, pois a formação implica em reflexão, que não parecia ser um dever do bibliotecário naquele momento. Assim, a formação continuada, tão importante para atualização e

obtenção de novos conhecimentos, também foi prejudicada, pois os espaços eram de informação, não de formação. A fala do sujeito coletivo retrata que somente,

[...] a partir de 1982, 1983, que começou haver uma abertura, inclusive por uma outra direção do departamento [...] que convidou pessoas [...] para fazer formação dos bibliotecários e dos quadros funcionais [...]. [...] nessa fase [...] a gente começa a [...] discutir o papel da biblioteca [...] na formação de leitores, nos processos de apropriação de leitura [...]. [...] tinha toda [...] dificuldade, toda [...] luta no sentido de [...], redefinir as práticas de bibliotecas [...], fazer reuniões [...].

Boa parte dos estudos da biblioteconomia estão voltados para organização e administração. Deste modo, soa até estranho conceber a falta de diálogo para construção de políticas de trabalho, ainda mais na esfera pública, que deve atuar para transformar a estrutura social (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 91). Contudo, não interessava ao poder de Estado uma transformação estrutural democrática, mas sim o cumprimento da ordem vigente.

Sobre a falta de diálogo para a atuação profissional, o sujeito coletivo expressa:

[...] A gente não tinha espaços de construção dessa experiência. [...] um grupinho maiorzinho ali reunido [...], [...] tinha lógica de [...] conspiração. E via de regra virava mesmo, [...] a gente sempre caía: Mas não é um absurdo isso, absurdo aquilo [...]. [...] a gente não tinha metodologia nenhuma, era tudo muito na raça, [...] na vontade de que algumas coisas dessem certo. [...] as reuniões, as trocas, no âmbito do departamento, [...] eram fundamentalmente administrativas, da supervisão [...], [...] com as chefias [...]. Os bibliotecários funcionais trabalhavam dentro de uma [...] rotina, não havia uma dinâmica em que os quadros funcionais participassem ativamente, trocando experiências [...].

Exemplificando a situação da falta de trocas e direcionamentos diante do nebuloso período, o sujeito coletivo ilustra:

[...] você era lançado assim [...]: O pressuposto era que você já saísse dançando no palco, entendeu? Assinou a nomeação, sai dançando no palco! [...].

Sabemos que existiu uma rede de bibliotecas públicas, porém, uma rede de bibliotecários isolados. É possível constatar isso nos discursos, que manifestam momentos em que estes organismos não souberam se apropriar do capital humano e cultural que tinham disponível, ou talvez este realmente não fosse um interesse do período.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu, em seu objetivo geral, investigar as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas no período da ditadura

militar no Brasil. O tema se faz relevante pela compreensão de que nossa realidade é uma soma de experiências vividas anteriormente. Olhar para o passado não significa que voltaremos para este lugar, mas que existe a possibilidade de compreender o hoje, e neste caso, fazer diferente.

Para tal investigação, compreendemos que a realização de entrevistas com bibliotecários e agentes de bibliotecas públicas atuantes no referido período seria o procedimento metodológico mais adequado para coleta de dados. Com base nos discursos obtidos, e nas percepções do sujeito coletivo, buscou-se compreender o papel das bibliotecas públicas e dos bibliotecários na sociedade, caracterizar o período da ditadura militar no Brasil, e identificar o contexto de atuação do bibliotecário em bibliotecas públicas durante o regime militar.

As percepções do sujeito coletivo apresentaram a importância da mediação cultural, da formação de leitores e da garantia de direitos como papéis da biblioteca pública. Dessa forma, se constitui uma biblioteca plural, para uma sociedade consciente de seu poder e mais justa. É destacada ainda, a necessidade do profissional bibliotecário ser leitor para tornar-se um agente de leitura, afirmando a missão social da biblioteca como negociadora de culturas.

Quanto às percepções sobre o período da ditadura militar, a pesquisa evidenciou que o autoritarismo e controle na gestão das bibliotecas públicas estavam presentes por meio da atuação de figuras que ocupavam cargos de chefia, e em momento algum faziam oposição à ordem política vigente. Existiram diferentes opiniões sobre o cenário que se apresentava, entretanto, a violência e difusão de uma cultura nacionalista engendrada traziam insegurança e medo, influenciando a falta de manifestações sobre qualquer posicionamento. Foram inexistentes os espaços para o pensamento crítico, e a conduta bibliotecária poderia caminhar — controlada — somente nos limites do repertório cultural estabelecido.

Outro processo marcante foi a escolarização das bibliotecas públicas. A fala do sujeito coletivo mostra o duro trabalho diante um governo que agia com intuito de estabelecer uma nova cultura na nação, renegando suas origens, a origem de seu povo. Neste sistema, foram distribuídos livros “adequados à população”, sem conhecimento das reais necessidades dos cidadãos, e além disso, sem a participação de bibliotecários na seleção bibliográfica. Mas como atuar profissionalmente sem poder argumentar sobre as dinâmicas e projetos de trabalho? Além disso, no momento em que a biblioteca pública assume o apoio ao ensino, e o

papel da difusão cultural, privilegia apenas parte da sociedade, marginalizando e excluindo as pessoas que mais necessitam de seus serviços.

Foram muitas as incertezas sobre as técnicas de censura adotadas pelo Estado, visto que a seleção de acervo dificilmente passava pelos bibliotecários. O sujeito coletivo destaca a presença de diversas formas de imposições morais e preconceitos, vindas de frequentadores da biblioteca pública que defendiam o governo militar. Nesta dinâmica, diversos conflitos permearam o ambiente das bibliotecas públicas, e fica evidente que a censura nestes ambientes existiu principalmente de uma forma institucionalizada.

No contexto da troca de experiências e diálogo entre profissionais, percebemos a falta de espaços de expressão. Opiniões progressistas estavam em choque com opiniões conservadoras, e assim a tensão pairava no ar. A impressão é que não poderia haver espaço para ser crítico e questionador, características inerentes da atuação de bibliotecários e agentes que trabalham com informação, educação e cultura.

Também foi praticamente inexistente o diálogo e a troca de experiências para formação profissional. Os profissionais relatam que apesar de fazerem parte de uma rede de bibliotecas, por vezes se sentiam isolados em suas realidades. O que ocorria eram poucas oportunidades para obtenção de informação, em congressos da área. Ressaltamos, que formação e informação são bastante distintas, pois a formação possibilita a apropriação de conhecimento, a internalização de sentidos, enquanto a informação se constitui pela organização de dados.

Por fim, consideramos que evidenciar as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas no contexto do período da ditadura militar no Brasil, se faz de grande importância neste momento político, quando alusões à ditadura militar ainda são feitas por líderes que deveriam abominar um período tão cruel na história da nação. Deixar de olhar para os vinte e um anos do regime militar é ser conivente com a negação do sofrimento vivido por torturados, famílias de desaparecidos, com a censura, com a supressão da diversidade. Consideramos a biblioteca pública como instituição essencial para defesa e promoção da democracia, e seus agentes porta-voz deste papel. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Claudio Weber. **Informação, poder e disputa**. 2009. Publicado no Correio Braziliense. Disponível em: <http://informacaopublica.org.br/?p=702>. Acesso em: 10 out. 2020.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do "social". In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 59-79.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. 129 p.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005. 424 p.
- BELCHIOR. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa101849/belchior>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 247 p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.
- BOBBIO, Norberto. Ditadura. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 368-378.
- BRASIL. **Lei n. 4084, de 30 de junho de 1962**. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 141, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.
- BUSH, V. **As we may think**. Atlantic Monthly, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 07 out. 2020.
- CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011. 103 p.
- COELHO, José Teixeira. Mediação Cultural. In: COELHO, José Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1999. p. 247-247.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 201 p.

FLICK, Uwe; NETZ, Sandra. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**: Instituto Nacional do Livro. [20--]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>. Acesso em: 22 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

LANKES, R. David. **Expect More**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016. 176 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 114 p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa : (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 256 p.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. 2010. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras**. Repositório - FEBAB, 1979. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2038>. Acesso em: 21 out. 2020.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca "fora do tempo":** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1437>. Acesso em: 21 nov. 2019.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 7-23.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 24-39.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da comissão de anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) et al. **Repressão e memória política no contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. 1. ed. Coimbra; Brasília: Universidade de Coimbra-Centro de Estudos Sociais; Ministério da Justiça-Comissão de Anistia, 2010, p. 186-227.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, c2018. 285 p.

TAYLOR, Edward B. **Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom**. 4. ed. Londres: John Murray, 1903. Disponível em: <https://ia800207.us.archive.org/13/items/primitivculture1tylouoft/primitivculture1tylouoft.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2020.

THE danger of a single story. Chimamanda Ngozi Adichie, Oxford: TED Conference, 2009. 1 vídeo (19:06 min). Son., color., Legendado. Série TEDGlobal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lHs241zeg>. Acesso em: 11 nov. 2020.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. 343 p.

WASSERMAN, Claudia. O golpe de 1964: tudo o que se perdeu. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.) **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 55-61.

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar. A. B. (org.). **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004, v. 1, p. 27-44.